

Isso poderá não ser suficiente - I(P)NSS: reflexões sobre aposentadoria, trabalho e planejamento financeiro dos estudantes da Universidade Federal do Pampa

Viviane Areva Rodrigues

Pesquisadora da Universidade Federal do Pampa (Brasil)

viviareva@gmail.com

Carolina Freddo Fleck

Professora da Universidade Federal do Pampa (Brasil)

carolinafleck@unipampa.edu.br

Vanessa Rabelo Dutra

Professora da Universidade Federal do Pampa (Brasil)

vanessadutra@unipampa.edu.br

Resumo

Objetivo da presente pesquisa foi analisar a expectativa para a aposentadoria, diante da reforma previdenciária, e a relação que se estabelece com a expectativa de trabalho e planejamento financeiro de estudantes universitários. Com base nos resultados, foi possível identificar que a expectativa com a profissão e o planejamento para a aposentadoria influenciam na expectativa para a aposentadoria. A escolha da profissão está atrelada a uma expectativa de empregabilidade e assim ser bem-sucedido financeiramente. Logo poderão planejar-se de forma secundária gerando assim uma segurança maior quanto a ter condições financeiras no futuro para arcar com suas necessidades.

Palavras-Chave

Expectativa profissional; Planejamento financeiro; Aposentadoria

This may not be enough: reflections on retirement, work, and financial planning of students of the Federal University of the Pampa

Abstract

The research was carried out to study retirement for retirement, given the analysis of the pension reform for retirement, given the decision to establish itself with the evaluation of the work and planning of university students. Based on the results, it was possible to identify the expectation with the profession and the one for the disclosure in which he was designated for the hiring. The choice of profession is linked to a capacity for employability and thus being financially successful. Therefore, the secondary form must be planned, thus generating greater security for financial conditions in the future to meet its needs.

Keywords

Professional expectation; Financial planning; Retirement

Esto quizá no sea suficiente: reflexiones sobre la jubilación, el trabajo y la planificación financiera de los estudiantes de la Universidad Federal de Pampa

Resumen

El objetivo de esta investigación fue analizar la expectativa de jubilación, ante la reforma de la seguridad social, y la relación que establece con la expectativa de trabajo y planificación financiera de los estudiantes universitarios. Con base en los resultados, fue posible identificar que la expectativa con la profesión y la planificación para el retiro influyen en la expectativa de retiro. La elección de una profesión está ligada a una expectativa de empleabilidad y, por tanto, de éxito económico. Próximamente podrán planificar de forma secundaria, generando así una mayor seguridad de contar en el futuro con condiciones financieras para cubrir sus necesidades.

Palabras clave

Expectativa profesional; Planeamiento financiero; Jubilación

Dados para Contato | Contact Details | Detalles de Contacto: Viviane Areva Rodrigues - Universidade Federal do Pampa. Av. Maria Anunciação Gomes Godoy, 1650 - Bagé, RS, 96460-000, Brasil. **URL:** <https://unipampa.edu.br/>.

Recebido em | Received in | Recibido en: 09/02/2022 - **Aprovado em | Approved in | Aprobado en:** 14/11/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/recape.v14i1.57353>

Introdução

A mudança na estrutura da pirâmide etária, que é a representação gráfica da estrutura por sexo e idade de determinada população, impacta um país de diferentes formas. No Brasil, a população produtiva diminuiu, e existem menos pessoas contribuindo com impostos que serão direcionados para serviços de saúde, por exemplo, assim como, diminuiu a população contribuinte do regime de previdência social, uma das fontes de renda que mantém o sistema previdenciário. Em contrapartida, a população idosa aumentou a qual é ainda mais dependente do sistema de saúde e do sistema previdenciário, aumentando conseqüentemente seus custos, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2010.

A Organização das Nações Unidas, em um estudo realizado em 2002, apresentou uma projeção, de que para o ano de 2050 serão apenas três trabalhadores para um aposentado. Essa falta de equilíbrio gera desestabilização dos sistemas (MIRANDA; MENDES; SILVA,2016). Desde 2016 uma reforma da previdência passou a ser discutida, considerando os aspectos levantados por estudos como o da ONU, contudo só foi aprovada no fim de 2019, e em linhas gerais alterou regras de concessão e cálculo de aposentadoria e pensões dos regimes gerais e próprios dos servidores públicos e federais, instituindo também regras de transição.

A aposentadoria é um momento esperado por quem atinge um determinado período de contribuição e atuação no mercado de trabalho. Nesse momento alguns trabalhadores vislumbram não precisar trabalhar, contudo, essa realidade vem se modificando, pois segundo um estudo divulgado pelo IBGE (2012), os idosos estão adiando sua saída do mercado de trabalho. Segundo Felix (2016), esse adiantamento se dá por diversos motivos, um deles é a necessidade de complementar a renda.

A partir do exposto e sabendo da necessidade de ter uma renda que mantenha um mínimo padrão de vida dos trabalhadores brasileiros e do misto de incertezas que rondam a previdência social, esta pesquisa tem como objetivo analisar a expectativa para a aposentadoria, diante da reforma previdenciária, e a relação que se estabelece com a expectativa de trabalho e planejamento financeiro de estudantes universitários. Como objetivos específicos tem-se: Verificar como a graduação interfere na expectativa de trabalho; identificar se os estudantes universitários realizam algum planejamento financeiro pessoal para a sua aposentadoria além do que é imposto pelo governo (INSS) e analisar como a expectativa de trabalho interfere na projeção de aposentadoria dos estudantes universitários diante da reforma previdenciária.

De acordo com França & Soares (2009), os indivíduos com maior escolaridade possuem mais informações, conhecimentos e acesso sobre essas questões, estando assim, mais seguros para tomar decisões sobre futuro e aposentadoria. Nesse sentido, entende-se que quando mais o tema

for abordado, mais preparados estes profissionais estarão para a transição, universidade-trabalho, bem como a transição, trabalho-aposentadoria. Além de atentá-los para a importância de um planejamento financeiro para aposentadoria, visto que, o mesmo requer que um pensamento a longo prazo. Faz-se especialmente relevante considerarmos o contexto político e econômico do país na atualidade e as causas que levaram a reforma previdenciária a acontecer.

Este artigo apresenta em sua estrutura, além do capítulo introdutório, mais quatro capítulos, o segundo capítulo é o de referencial teórico que serviu como base para a realização da pesquisa e o terceiro descreve o método utilizado para realização da pesquisa e o quarto apresenta a análise dos resultados e o quinto capítulo as considerações finais.

1. Expectativas profissionais

Quando se fala em escolha de carreira pode-se argumentar que é um processo que também está atrelado à ideia da expectativa da recompensa. A escolha da carreira é um somatório de expectativas em relação ao futuro na universidade e, posteriormente, ao seu futuro profissional que deverão culminar em determinados anseios associados a benefícios e recompensas (SOARES et al., 2014).

Existe a expectativa de que a universidade consiga fazer uma ponte entre o conhecimento teórico e a prática, ou seja, que ela lhe oportunize desenvolver e adquirir conhecimento suficiente para o exercício profissional (MERHI, 2001), argumentos que podem ser observados também nos estudos de Castro et al. (2011). Em uma pesquisa realizada por Oliveira, Detomini e Silva (2013), identificou-se que os estudantes também têm expectativas de que ao se formarem na universidade sejam bem-sucedidos conseguindo um emprego em sua área de formação, sendo aprovados em concurso público ou que consigam continuar seus estudos na possibilidade de cursar uma pós-graduação.

A escolha de uma carreira é uma opção que muitos fazem em busca de independência financeira e realização pessoal (BUSCACIO E SOARES, 2017). Logo a perspectiva de futuro está presente nas decisões dos jovens e dos adultos por isso a importância de pensar na aposentadoria a longo prazo diante as constantes mudanças do sistema previdenciário brasileiro as quais serão apresentadas a seguir.

2. Previdência social no Brasil

A partir da Constituição Federal de 1988 definiu-se um importante instrumento de proteção social para os brasileiros, denominado seguridade social, a qual é formada por três direitos sociais os quais têm como características principais a universalidade. Um deles é a seguridade social que procura garantir a saúde a todos e garantir recursos para a sobrevivência digna dos cidadãos em situações de necessidade. O segundo direito é a previdência social que tem por objetivo proteger o trabalhador diante a incapacidade laboral. A assistência social é o terceiro direito a qual compõe os direitos sociais, garantindo um padrão mínimo àqueles que não são assistidos pela previdência e nem pela família (PIERDONÁ, 2007).

Com isso, no Brasil, a Previdência social é dividida em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e Previdência Complementar. A RGPS e a RPPS são de caráter obrigatórios, sendo todo trabalhador, público ou privado, precisa contribuir; enquanto a Previdência complementar é de caráter facultativo (SUPERTI; WU; CRUZ, 2011).

Tabela 1 – Estrutura do Sistema Previdenciário Brasileiro

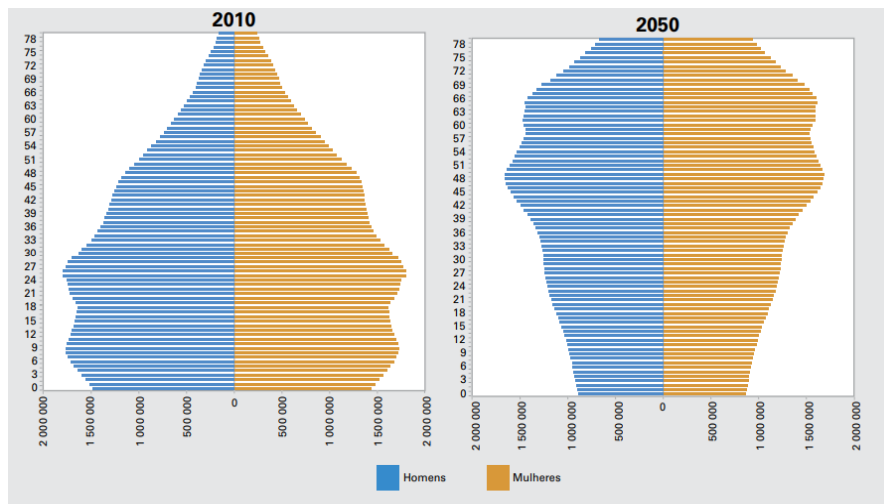
| REGIMES | Regime Geral de Previdência Social (RGPS) | Regimes Próprios de Previdência dos Servidores (RPPS) | | Previdência Privada |
|--------------------------------|--|--|-------------------------------------|--|
| PÚBLICO ALVO | Trabalhadores do setor privado e funcionários públicos e celetistas. | Funcionários públicos estatutários. | Militares Federais. | Previdência Complementar. |
| ABRANGÊNCIA | Regime obrigatório de abrangência nacional. | Regime obrigatório de nível federal, estadual e municipal. | Obrigatório de abrangência federal. | Regime Facultativo. |
| ENTIDADE ADMINISTRADORA | INSS. | Respectivos Governos. | Governo Federal. | Administrado por fundos de pensão abertos ou fechados. |
| SISTEMA DE REPARTIÇÃO | Simple. | Simple ou Capitalização. | | Capitalização. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da literatura (2020).

As contribuições sociais vão para um fundo único de onde saem os recursos para a concessão de qualquer benefício sem vinculação direta entre o valor das contribuições e o valor do benefício que possa vir a receber. Porém, todo esse sistema já sofreu e vêm sofrendo alterações, identificadas como reformas previdenciárias, para não deixar de cumprir com seus objetivos previstos na constituição federal (CASTRO e LAZZARI, 2001). Sendo a mais recente em 2019, idealizada considerando a mudança no perfil demográfico da população brasileira que é observada pela pirâmide etária e o déficit de arrecadação na segunda década do século XXI.

No Brasil, as mudanças na estrutura etária foram substantivas ao longo das últimas três décadas (1991-2010), em que ocorreu o alargamento no topo da pirâmide etária, ou seja, o aumento da população idosa, enquanto a base da pirâmide sofreu um estreitamento, principalmente no grupo da população economicamente ativa. Além de que as projeções indicam um aumento ainda maior no topo da pirâmide, segundo verifica-se na figura 1.

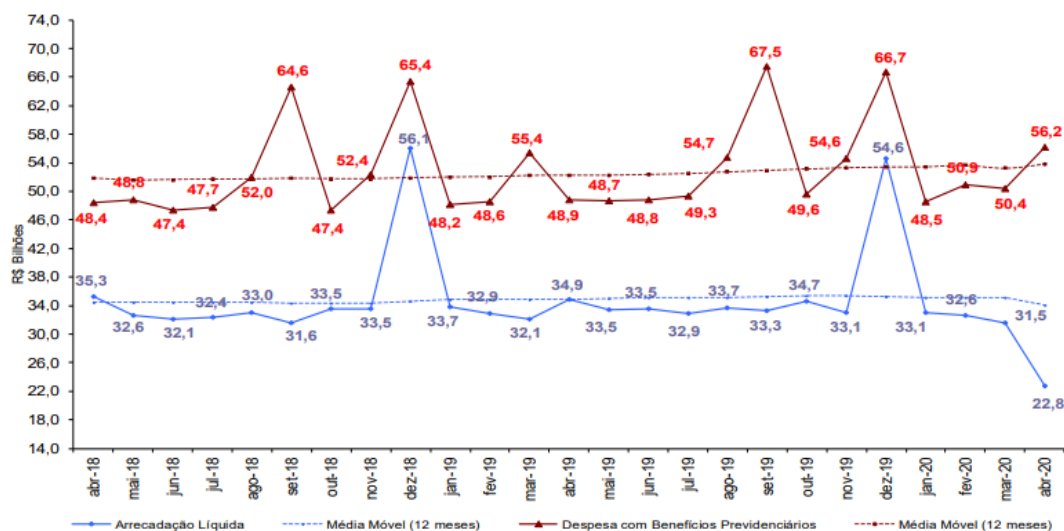
Figura 1 – Composição absoluta da população, por idade e sexo do Brasil - 2010/2050



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.

Esse fato gera preocupações para o sistema previdenciário o qual tem seu regime de repartição simples que é basicamente, os trabalhadores ativos pagarem a aposentadoria dos trabalhadores inativos. Com isso, o rápido envelhecimento da população irá gerar, no futuro, um número de aposentados que não será acompanhado na mesma proporção pelo número de contribuintes do RGPS (CAMARA LEGISLATIVA, 2017). Especialmente porque o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) já é recorrente, conforme a figura 2 disponibilizada pelo Ministério da Economia.

Figura 2 – Arrecadação Líquida e Despesa com Benefícios Previdenciários, nos últimos 25 meses – Em R\$ bilhões de Abril/2020 - INPC



Fonte: Ministério da Economia: Resultado do Regime de Previdência Social

Com a reforma previdenciária em 2019, a qual foi estabelecida pela emenda constitucional nº 103, de novembro de 2019, as mudanças impactam tanto quem ainda não está trabalhando, quanto quem já está inserido no mercado de trabalho. Uma das principais mudanças foi a definição de uma idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição do trabalhador do setor privado, a qual no caso não existia. No setor público já havia idade mínima que era de 60 anos para homens e 55 para mulheres. Essa idade para ambos, RGPS E RPPS, a idade mínima passou a ser de 65 anos para homens e 62 anos mulheres. Com exceção dos professores que a idade mínima é de 57 anos para mulheres e 60 para homens. Policiais federais, legislativos, civis do DF e agentes penitenciários será de 55 anos para novos integrantes.

O tempo mínimo de contribuição para o setor privado que era de 15 anos para mulheres e homens passou a ser de 20 anos para homens e se manteve 15 anos para mulheres. Para servidores públicos, incluindo professores o tempo mínimo de contribuição será de 25 anos, porém 10 anos de serviço público e no mínimo 5 anos no cargo o qual irá aposentar-se. Policiais federais, legislativos, civis do DF e agentes penitenciários 25 anos no exercício da função e 30 de contribuição.

Para quem ainda não trabalha as regras podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Nova previdência para quem ainda não trabalha

| | HOMENS | MULHERES | HOMENS | MULHERES |
|--|---------|----------|---|----------|
| Trabalhadores privados (Urbanos) | 65 anos | 62 anos | 20 anos | 15 anos |
| Servidores públicos da União | 65 anos | | 25 anos, com 10 anos no serviço público e 5 anos no mesmo cargo em que irá se aposentar | |
| Trabalhadores rurais | 60 anos | 55 anos | 15 anos | |
| Professores | 60 anos | 55 anos | 25 anos | |
| Policiais, rodoviários federais e legislativos | 55 anos | | 30 anos, além de 25 anos no exercício de carreira | |

Fonte: Elaborada pela autora com base na emenda constitucional nº 103/19 (2020).

O cálculo do benefício para quem ainda não trabalha será calculado com base na média de 100% do histórico de contribuições. Ao atingir o tempo mínimo de contribuição, os trabalhadores do regime geral terão direito a 60% do valor do benefício integral. Com o percentual subindo 2 pontos para cada ano a mais de contribuição. Mulheres terão 100% do benefício quando somarem 35 anos de contribuição e homens quando completarem 40 anos de contribuição.

Para quem já está no mercado de trabalho há regras de transições as quais o trabalhador pode optar, pois, em alguns casos pode se encaixar em mais de uma transição. A primeira transição é o sistema de pontos para o INSS, que é o trabalhador com a soma da idade e o tempo de contribuição alcançar 86 pontos para mulheres e 96 para homens. Essa regra prevê aumento de um ponto para cada ano.

Tratando da segunda transição que é o tempo de contribuição somado a idade mínima para o INSS. A idade mínima que não existia no sistema antigo começa em 56 anos para mulheres e 61 para homens. Cada ano a idade sobe para 6 meses até atingir 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Essa transição acaba em 12 anos para mulheres e 8 para os homens.

O pedágio de 50% é para aquele trabalhador que está a 2 anos ou menos de se aposentar, é caracterizado pela terceira transição. O pedágio de 50% funciona sobre o tempo que falta para se aposentar mesmo assim ainda há incidência do fator previdenciário. Para as mulheres, um acréscimo de 6 meses na idade mínima a partir de janeiro de 2020. Chegando em 2023 aos 62 anos que é a quarta transição.

Como quinta transição temos o pedágio de 100% para INSS e servidores que estão próximos a se aposentar. Essa transição optativa e é basicamente dobrar o tempo que falta cumprir para poder se aposentar com um tempo mínimo de idade, sem a incidência do fator previdenciário.

Especificamente para servidores públicos a sexta e última transição quem ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003 receberá aposentadoria integral aos 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Quem ingressou depois desse período, o benefício será de 60% com 20 anos de contribuição, subindo também dois pontos para cada ano de contribuição.

As alíquotas também sofreram alterações passaram para 7,5% sobre até um salário mínimo; 9% sobre os valores acima de um salário mínimo até 2 mil reais; 12% acima de 2 mil reais até 3 mil reais; e de 14% a partir de 3 mil reais até o limite do salário de contribuição.

Para Hoji (2011), diante de todas as mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo no sistema previdenciário, um planejamento secundário é importante para quem quer manter o padrão de vida quando aposentado, ressaltando que esse planejamento quando iniciado mais cedo, gera melhores resultados.

3. Planejamento financeiro para aposentadoria

No âmbito governamental, o planejamento para aposentadoria é aconselhado desde 1994 pela Política Nacional do Idoso (Lei 8.842) e repetida em 2003 pelo Estatuto do Idoso (10.741). Por isso, um conhecimento em finanças pessoais e a realização de um planejamento financeiro podem vir a auxiliar aquele trabalhador que busca pelo sonhado e merecido descanso no futuro (ESPEJO& PALUDO,2010).

Segundo Halfeld (2007), o maior e mais difícil desafio financeiro é ter recursos suficientes para manter seu padrão de vida ou apenas ter uma condição de vida digna durante a velhice. França (2012) diz que na etapa de aposentadoria os gastos com a manutenção da saúde, podem aumentar com o avanço da idade, a qual é uma realidade enfrentada pela população e governo brasileiro que sofre nos últimos anos com baixos salários e políticas governamentais não eficazes e redução dos benefícios previdenciários.

Logo um planejamento financeiro pessoal far-se-á necessário de modo a garantir recursos para sua subsistência de forma digna e tranquila. Nesse contexto Halfeld (2007) enfatiza que o planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia para manter bens e valores, que formarão um patrimônio pessoal e familiar, esse planejamento pode ser realizado de curto, médio e longo prazo, buscando assim garantir a tranquilidade econômico-financeira para o indivíduo.

A escolha de investimento pelo poupador que visa acumular capital para aposentadoria depende da idade na qual começa a investir e o tempo que deseja começar a utilizar aquele montante (DIETRICH,2016). O investidor mais jovem, pode adotar opções com um risco maior, como por exemplo o mercado de renda variável (ações, fundos de investimentos, previdência privada, entre outros). Já o investidor que estiver mais perto de sua aposentadoria deve priorizar investimentos mais conservadores, por exemplo o mercado de renda fixa (poupança, certificados de depósitos bancários (CDB'S), títulos públicos, entre outros) (CHEROBIM; ESPEJO & PALUDO, 2010).

A previdência complementar é uma proteção previdenciária adicional para quem deseja poupar pensando na aposentadoria. Ela é composta por dois segmentos, os fundos de Previdência Complementar aberta e os fundos de Previdência Complementar fechada. Ambos têm o mesmo objetivo de instituir planos de renda privados ou de benefícios complementares ao regime geral de previdência social, através de contribuições de seus participantes e/ou dos seus empregadores. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Esse regime visa garantir aos seus participantes, opções de fundos com valores superiores aos tetos previdenciários ou àqueles trabalhadores que atuam no mercado informal que não possuam contribuição ao INSS (GONZAGA, 2012).

4. Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva-exploratória com uma abordagem de natureza quantitativa. Entende-se que, apesar de existirem bons elementos teóricos de definição sobre previdência e aposentadoria, a literatura sobre expectativa profissional associada à questão da aposentadoria ainda não chegou em um patamar de desenvolvimento em que se possa dizer que ela é vasta de conceitos e referências. Por isso, esta pesquisa transita entre o descritivo e exploratório.

Apesar da não extensa literatura em alguns aspectos, os elementos encontrados parecem favorecer estudos em diferentes abordagens. Neste caso, com o objetivo de explorar uma população maior e ampliar os dados referentes ao tema, esta pesquisa adequa-se a uma abordagem quantitativa. O método de coleta de dados utilizado é o survey porque permite coletar informações de uma população maior. Dados esses que podem variar entre crenças, opiniões, atitudes e estilos de vida até mesmo informações sobre a expectativa do indivíduo.

Os dados foram coletados por meio de questionário online disponível no Formulários Google, com escala de respostas. A escala do tipo Likert foi utilizada com a finalidade de medir o nível de concordância com uma afirmação. Foram usados cinco níveis de respostas: não concordo totalmente, não concordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente, concordo totalmente (MONEY, et al., 2010). O instrumento foi dividido em: uma parte com perguntas voltadas para

a compreensão da expectativa com futuro profissional e aposentadoria, bem como a questão da previdência; uma segunda parte com cinco variáveis sóciodemográficas que contribuirão posteriormente para análise dos resultados.

O universo do estudo foram estudantes universitários da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. Essa escolha se deu pela proximidade dos respondentes e conveniência em função da pesquisadora ser aluna deste campus. Para definição da amostra foi realizado o cálculo probabilístico, buscando alcançar 95% de confiabilidade considerando 5% de margem de erro a partir do número total de estudantes que é de 1288 discentes. Segundo o cálculo, o total da amostra passou a ser 214 alunos. Posteriormente, a amostra foi estratificada por curso.

Considerando o número de alunos por curso distribuiu-se a amostra proporcionalmente da seguinte forma: Curso de Administração 67 alunos; Curso de Administração Pública- EAD 25 alunos; Curso de Direito 38 alunos; Curso de Gestão Pública 25 alunos; Curso de Relações Internacional 30 alunos e Economia 29 alunos o que totaliza uma amostra de 214 discentes.

As análises dos dados foram realizadas através de estatística descritiva, teste não paramétrico para n amostras Kruskal Wallis e Regressão Linear Múltipla. A opção por testes de hipótese não paramétricos se deu porque após a coleta de dados e organização da planilha para análise dos dados, o primeiro teste realizado foi o teste de normalidade, que busca identificar se as respostas dadas pelos participantes se apresentam dentro de uma distribuição normal. Mesmo com uma grande amostra considerou-se o teste importante porque boa parte das questões estavam em escala do tipo Likert e considerando o tema em questão era possível que houvesse uma tendência de respostas para uma das pontas da escala. O que se confirmou com os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk. Ambos identificaram que a amostra não apresenta uma distribuição normal dos dados, o que não é um problema para a pesquisa, mas ajuda na tomada de decisão sobre testes mais adequados, neste caso, testes de hipótese não paramétricos.

5. Análise dos resultados

A seguir, são apresentados os tópicos que correspondem a análise dos dados da pesquisa. Divididos em quatro subtítulos, buscando responder primeiramente os objetivos específicos da pesquisa e fechando com o objetivo geral. O primeiro irá abordar o perfil dos respondentes participantes da pesquisa; o segundo as expectativas profissionais; o terceiro irá tratar sobre o planejamento financeiro pessoal e o quarto sobre as expectativas pela aposentadoria.

5.1. Perfil dos respondentes

Participaram da pesquisa 208 respondentes cuja maioria do sexo feminino, 75,8% do total de respondentes, restando 24,2% do sexo masculino. A distribuição dos respondentes entre os cursos ficou de acordo com o cálculo da amostra, sendo 67 alunos do curso de Administração; Curso de Direito 38 alunos; Curso de Gestão Pública 25 alunos; Curso de Relações Internacionais 30 alunos e Economia 29 alunos; Curso de Administração Pública- EAD 17. Nesses 2 meses de coleta a expectativa de amostra para os estudantes de Administração Pública- EAD era de 25 respondentes, porém apensar de diversos contatos e colaboração da coordenação do curso, foi alcançado 17 respondentes. A população do estudo apresenta uma idade média de 27,58 anos. A tabela 3 apresenta a divisão por faixa etária.

Tabela 3- Faixa etária

| Faixa etária | Frequência |
|---------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | 121 |
| 26 a 35 anos | 52 |
| 36 a 45 anos | 19 |
| 46 a 55 anos | 14 |
| 56 a 65 anos | 2 |
| Total | 208 |

Fonte: elaborada pela autora

As ocupações desses estudantes são diversas, dos estudantes de Administração 18 desempenham profissionalmente funções ligadas ao seu curso e 10 estão desempregados. Os estudantes de Administração Pública-EAD 5 são servidores públicos. 8 dos respondentes do curso de Ciências Econômicas desempenham alguma função relacionada com seu curso e 4 deles estão desempregados. Assim como os estudantes do Curso de Direito 19 deles não trabalham e apenas 5 exercem alguma função relacionada com sua futura profissão. Os estudantes de Gestão Pública apresentam uma diversidade de ocupações, mas apenas 2 trabalham no setor público. 24 dos respondentes do curso de Relações internacionais apenas estudam e não exercem outra atividade além do curso. A renda média dos respondentes é de 1,75 salários-mínimos, a relação da renda será apresentada na tabela 4.

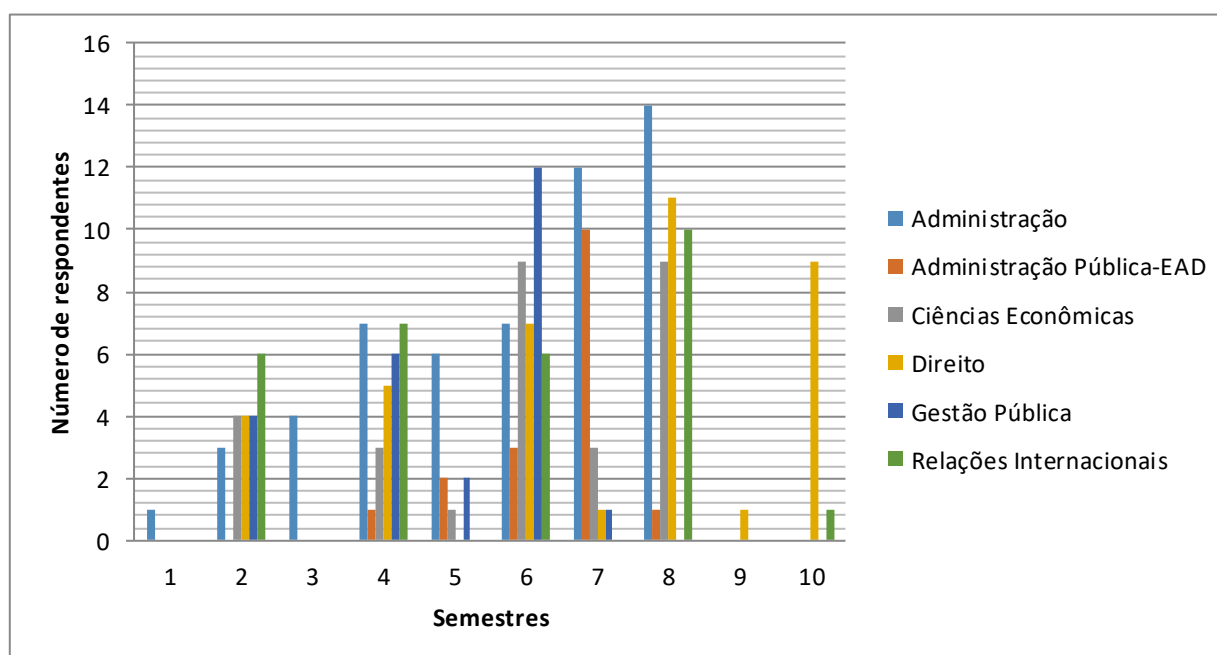
Tabela 4- Renda média (em salários-mínimos)

| | Frequência | Porcentagem |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Até 2 salários mínimos | 166 | 80% |
| De 2,1 a 4 salários mínimos | 26 | 12,50% |
| De 4,1 a 6 salários mínimos | 9 | 4% |
| De 6,1 a 8 salários mínimos | 4 | 1,90% |
| De 8,1 a 10 salários mínimos | 2 | 1% |
| De 10,1 a 12 salários mínimos | 1 | 0,60% |
| TOTAL | 208 | 100% |

Fonte: Elaborado pela autora

A distribuição dos semestres por curso dos respondentes foi disposta no gráfico a seguir para uma melhor visualização.

Gráfico 1- Respondentes por semestre



Fonte: Elaborado pela autora

Estes dados do perfil dos respondentes remetem a uma população jovem, com renda média baixa, quando comparado com a renda média da população de Santana do Livramento- RS, segundo o IBGE, 2020, é de 2,2 salários-mínimos. Em uma pesquisa realizada com executivos de alta renda, (França, 2009; França & Vaughan, 2008), e com garis de baixa renda (França et. al., 2012), foi possível identificar os aspectos financeiro e de saúde como principais fatores de preocupação no momento da aposentadoria, observou-se que os executivos conseguiram minimizar essa condição

por possuírem melhores condições financeiras e os garís mesmo com baixo poder aquisitivo conseguiram acumular renda e ativos para aposentadoria.

Os dados disponibilizados pela pesquisa contribuirão para conhecer mais sobre essa população e as suas perspectivas para aposentadoria. Uma população que comparando com o que se identifica na literatura, independentemente da renda preocupam-se com a sua condição financeira no momento da aposentadoria e para isso acumulam capital e ativos.

5.2. Expectativas Profissionais

Para descobrir as expectativas profissionais dos estudantes participantes da pesquisa, foi utilizada a escala do tipo *likert* de 1 a 5 em um grupo de questões que abordou aspectos relacionados a escolha do curso e futuro profissional. Na escala, 1 significa discordo totalmente e 5 concordo totalmente. Os resultados obtidos quando questionados sobre por qual(is) motivo(s) deu-se a escolha de sua profissão se identificou que: pela perspectiva de futuro que a profissão oferta obteve-se uma média de 3,53 e moda de 4; pela empregabilidade a média foi de 3,7 e moda 4; pela possibilidade de ser bem-sucedido financeiramente a média ficou em 3,9 e a moda em 5; por acreditar que terá independência financeira média 3,7 e moda 4; por realização pessoal 3,6 de média e moda 5. Embora a satisfação das expectativas quanto a escolha do curso tenha se mostrado clara em relação às possibilidades de desenvolvimento da carreira, pôde-se observar também expectativas de cunho pessoal, social, econômica e educacional/acadêmica, destacado na seguinte afirmação que trata sobre a continuidade na área acadêmica.

Já as expectativas ao se formarem em média 3,3 dos estudantes pretendem seguir a área acadêmica a fim de cursar uma pós-graduação, mestrado ou doutorado e com média de 3,7 pretendem ser aprovados em concurso público, ambos com moda de 5, concordando totalmente. E com uma média de 4,3 acreditam que a formação acadêmica possibilita adquirir conhecimento teórico e prático para o exercício profissional. Nota-se que as médias ficaram “timidamente” mais orientadas para a concordância, no entanto, associadas à moda foi quatro ou cinco em todas as questões, com isso, é possível inferir que os respondentes além de mostrar que acreditam ter escolhido bons cursos, acreditam no futuro profissional que terão com esta formação. O nível de concordância obtido com os questionamentos sobre expectativa profissional versa com as abordagens dos autores de que a escolha da profissão está atrelada com uma expectativa de recompensa.

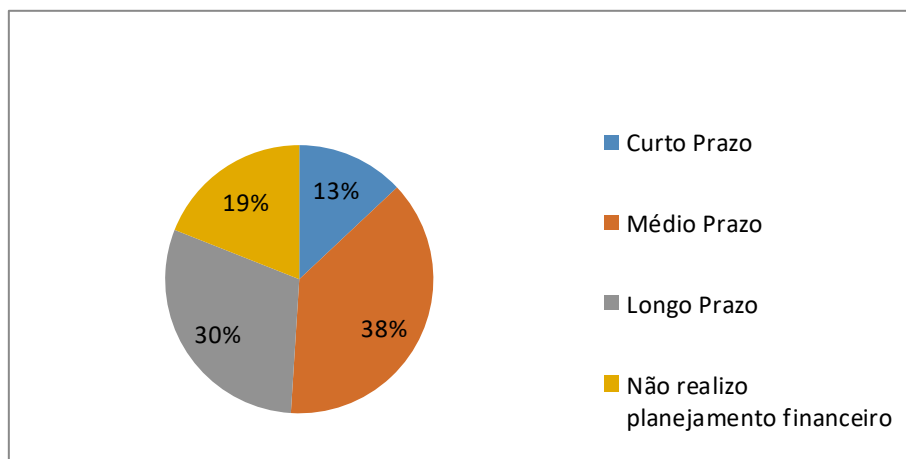
Identificou-se na pesquisa que a expectativa dos estudantes é positiva e está mais atrelada a ser bem-sucedido financeiramente. Os estudantes têm a expectativa de que a graduação possibilite a eles uma condição financeira favorável, seja conseguindo um emprego na sua área de formação, aprovando em concurso público ou seguindo a carreira acadêmica. Merhi (2011) questiona em seu estudo quais são as razões que levam o estudante a escolher uma carreira e a resposta designada

a esse questionamento é a relação positiva entre a formação universitária e a empregabilidade/ expectativa de futuro. Em concordância, Soares et al. (2014) aborda que essas expectativas profissionais surgem com a escolha de uma carreira/ profissão e ela está atrelada ao futuro profissional. Para Araujo et al. (2015) a escolha da carreira não implica exclusivamente, no curso em si, mas nas possibilidades de trabalho que o estudante terá, na sua renda, e o estilo de vida que deseja para seu futuro. Logo a expectativa de futuro começa a ser traçada com a escolha de uma carreira/profissão.

5.3. Planejamento Financeiro Pessoal

Buscou-se descobrir como se dá o planejamento financeiro pessoal destes estudantes. E observou-se que 13% realizam planejamento financeiro pessoal a curto prazo, 38% a médio prazo, 30% a longo prazo e 19% não realizam planejamento financeiro pessoal.

Gráfico 2 - Meu planejamento financeiro pessoal é



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Apesar de ser um grupo jovem e com renda relativamente baixa, os dados demonstram que existe uma preocupação com o futuro financeiro e de alguma forma estes estudantes, em sua maioria, estão voltados a atingir alguma forma de acúmulo de renda para o futuro. O que não quer dizer que seja uma ação consciente, vide dados apresentados na sequência.

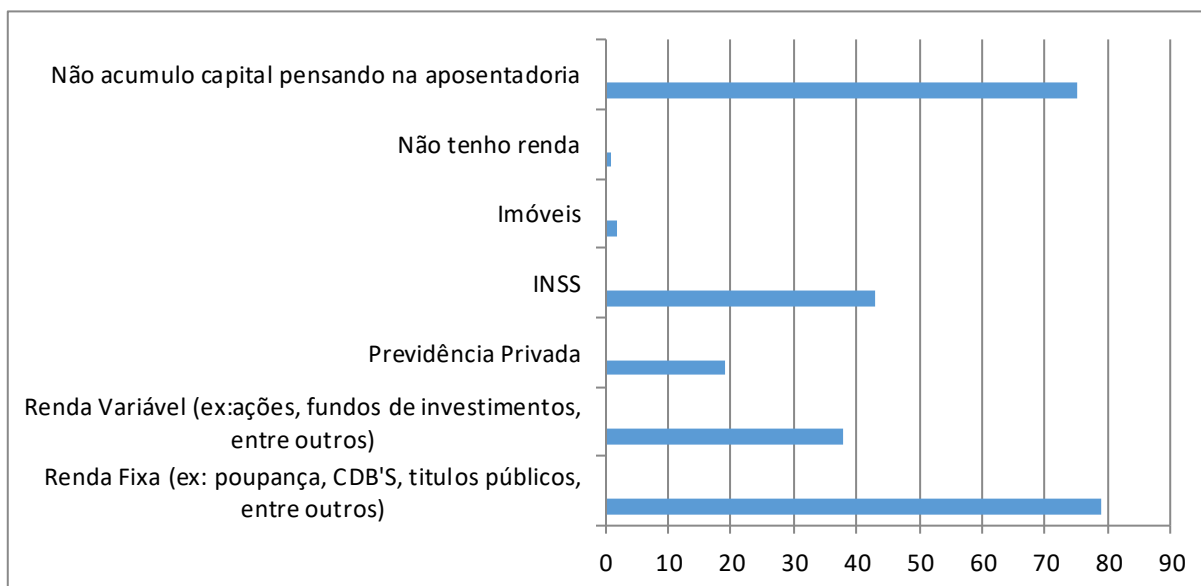
Quando questionados se possuíam uma estratégia de manutenção dos bens e valores que formarão seu patrimônio pessoal e familiar no futuro, em que segundo Halfeld (2007) consiste no planejamento financeiro pessoal, a maioria foi indiferente apresentando uma moda 3 e média 3,0. Os estudantes foram indiferentes também sobre realizarem seu planejamento financeiro pessoal de modo a garantir recursos para sua subsistência futura de forma digna e tranquila pensando na aposentadoria, apresentando moda e média 3. Observa-se com essa indiferença que os estudantes

acumulam capital, mas ainda não tem um objetivo definido para destinação desse capital podendo ele ser destinado para aposentadoria ou não. Cabe questionar em estudos futuros se essa falta de perspectiva é relacionada a falta de conhecimento sobre o tema ou simplesmente a não relacionar os assuntos, como se poupança e garantia de segurança financeira no futuro fossem questões distintas.

O nível de discordância foi maior quando indagados se já teriam definido como será sua aposentadoria e se sabem quais os valores precisam dispor de sua renda para atingir seus objetivos, ambos com moda 1 discordando totalmente e média 2, discordando. A discordância versa com a afirmação anterior, os estudantes não têm definido um objetivo, não pensam nas necessidades futuras e ou como pretendem utilizar o montante e por isso não têm como definir um valor para dispor mensalmente a fim de alcançar um objetivo. Segundo Lizote; Simas e Lanas (2012) a falta de um planejamento financeiro, acarreta gastos desnecessários e impede o acúmulo de uma poupança ou investimentos rentáveis para vida pessoal, as quais podem trazer garantias futuras. Considerando que se trata de uma população jovem este pode ser um fator que justifica tal comportamento.

O questionamento sobre suas formas de acumular capital pensando na aposentadoria, foi uma das questões chave para responder um dos objetivos específicos da pesquisa, e segue apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3 - Formas de acumular capital pensando na aposentadoria

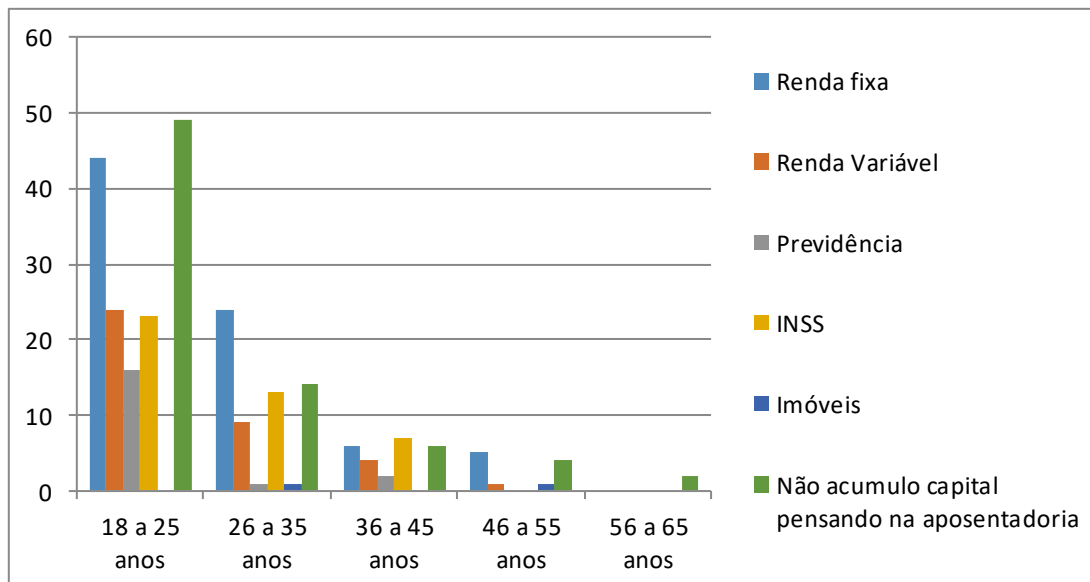


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Os estudantes nesse questionamento poderiam selecionar quantas alternativas julgassem necessárias. Apenas 44 dos 208 estudantes marcaram mais de uma alternativa. Podemos observar

a partir do gráfico que sua maioria acumula capital pensando na aposentadoria em renda fixa. Nas pesquisas de Cherobim; Epejo & Paludo (2010), os autores identificam que o investidor mais perto da aposentadoria deve priorizar esse tipo de investimento por ser mais conservador. Pensando nisso, procurou-se comparar as faixas etárias e tipos de investimento.

Gráfico 4- Forma de acumular capital pensando na aposentadoria por faixa etária



Fonte: elaborado pela autora

Dos estudantes que marcaram somente uma alternativa pode-se destacar que a maior parte não acumula capital pensando na aposentadoria (70 dos 208 respondentes). Um oitavo dos respondentes (24) têm como única forma de acumular capital para aposentadoria aquela que é imposta pelo governo, que foi denominado na pesquisa como INSS para melhor entendimento dos respondentes, podendo ser ele tanto o RGPS ou RPPS. Cinco estudantes contam apenas com a previdência privada e dois investem em imóveis pensando na aposentadoria. Logo se juntarmos os estudantes que não acumulam capital e os estudantes que contam apenas com INSS temos 45,19% dos respondentes que não se planejam para a aposentadoria de nenhuma forma ou de caráter complementar. Os outros 54,81% planejam-se e acumulam capital em distintas opções de investimentos, dispostos no gráfico 3.

Levando em consideração que o planejamento e investimentos para aposentadoria são a longo prazo, assim como afirma Hoji (2011), 30% dos estudantes que investem a longo prazo acumulam capital pensando na aposentadoria: 63,5% em renda fixa e desse valor, 17 estudantes em renda variável e 7 estudantes em previdência privada. E 17,5% somente em renda variável; 3% somente em previdência privada; 14,5% não acumulam capital pensando na aposentadoria e 1,5% investem apenas no INSS. E por se tratar de um investimento a longo prazo e com objetivo a aposentadoria é indicado por diversos autores iniciar o mais breve possível, para que se atinjam melhores resultados

e mais tempo para desfrutar da aposentadoria (CHEROBIM, ESPEJO E PALUDO,2010; GITMAN E JOEHNK,2005; MARCEDO JUNIOR, 2010).

5.4 Expectativas pela aposentadoria

A aposentadoria é um momento esperado por quem atinge um determinado período de contribuição e atuação no mercado de trabalho. Nesse momento alguns trabalhadores vislumbram não precisar trabalhar para então dedicar mais tempo à família; aos amigos; ter mais momentos de lazer; viajar; comprometer seu tempo com atividades que realmente gostem sem ter o compromisso com o trabalho (FRANÇA; SOARES,2009). Contudo, essa realidade vem se modificando, de acordo com um estudo divulgado pelo IBGE (2012), os idosos estão adiando sua saída do mercado de trabalho. Segundo Felix (2016), esse adiantamento se dá por diversos motivos, um deles é a necessidade de complementar a renda.

Para responder o objetivo geral da pesquisa dois passos foram necessários. Primeiramente uma análise geral das respostas sobre a expectativa com relação a aposentadoria, para identificar como estes estudantes sentem-se sobre a ideia de aposentadoria e deixar o mercado. No segundo momento, foi necessária uma análise de regressão, uma vez que este é o teste estatístico capaz de dar suporte para identificar a relação que se estabelece entre a expectativa com o curso/trabalho e planejamento futuro com a expectativa em relação à aposentadoria.

Sobre as perspectivas com relação ao momento da aposentadoria o nível de concordância foi alto, a moda para todas as afirmações foi 5, concordando totalmente. A afirmação foi quando me aposentar pretendo:

- não trabalhar - apresentou uma média de 3,3;
- quero poder viajar com maior frequência, média 4,4;
- desfrutar de mais momentos de lazer, média 4,4;
- pretendo dedicar meu tempo com atividades do meu interesse sem o compromisso com o trabalho, média 3,9.

Essas pretensões são abordadas na pesquisa de França e Soares (2009), ou seja, os estudantes têm expectativas positivas no que diz respeito ao momento da aposentadoria. No tocante a ter independência financeira ao se aposentar, apresentou uma média de 4,68. Já ao se aposentar a média dos estudantes que desejam trabalhar com algo que lhe realizem pessoalmente e profissionalmente foi de 3,5 e os que desejam aproveitar seu tempo livre para descansar foi de 4,0. Logo, assim como afirma França (2009) aposentar-se não é deixar de trabalhar, mas sim você gerir seu tempo, fazer escolhas e atividades a fim de dedicar-se para satisfação profissional e pessoal,

seja trabalhando ou aproveitando atividades de lazer, contudo ter independência financeira é fundamental. A quebra disso pode gerar uma expectativa ou experiência negativa com relação a aposentadoria.

Quando questionados sobre ter o conhecimento sobre o atual estado financeiro da Previdência social brasileira 58,9% disseram conhecer e 41,1% desconhecem. Desses 58,9% que dizem ter conhecimento 87,7% acreditam que o benefício arcará com suas necessidades. A condição socioeconômica e a segurança financeira são apontadas como fator de risco quando se fala em aposentadoria. Quando essas condições forem ausentes podem provocar estresse financeiro, insatisfação e uma experiência negativa com a aposentadoria, conforme já apontado na literatura (GALLO et. al 2000; NOONE, STEPHENS e ALPASS, 2010; PRICE E JOO, 2005).

Em relação aos motivos que ocasionaram a reforma previdenciária de 2019, 62,1% conhecem os motivos e 37,9% dizem não possuir conhecimento sobre os motivos. Dos estudantes que têm conhecimento sobre o atual estado financeiro da previdência e conhecem os motivos que levaram a reforma previdenciária 74% deles acreditam que os motivos e o atual estado financeiro comprometerão o pagamento futuro de sua aposentadoria, 18% acredita que não, 5% talvez e 3% os motivos que comprometiam o pagamento futuro foram solucionados com a reforma. Conseqüentemente é possível identificar que o nível de conhecimento sobre atual estado financeiro e os motivos que acarretaram a reforma previdenciária em 2019 acarreta em uma expectativa negativa em relação ao benefício previdenciário e na sua concessão futura mesmo sabendo que a seguridade social é uma obrigação constitucional.

Apresentou-se o questionamento sobre acreditar se o benefício fornecido pela previdência social arcaria com suas necessidades quando aposentado e 9,6% acreditam que sim, 2% talvez, 1% dizem que dependerá da economia e em sua maioria 84,1% acreditam que o benefício não será o suficiente para arcar com suas necessidades. Com isso percebe-se que os estudantes ainda sentem inseguros com o sistema previdenciário brasileiro e com o benefício fornecido, uma vez que a maioria acredita que esse benefício não arcará com suas necessidades quando aposentado, o que Halfeld (2007), já diz ser o maior e mais difícil desafio durante a velhice.

Entendendo a perspectiva destes estudantes com relação ao que esperam da aposentadoria e identificando que as expectativas são positivas, passou-se para a análise que buscou identificar relação entre os elementos aposentadoria, profissão e planejamento financeiro. O primeiro passo para análise de regressão foi agrupar algumas variáveis, transformando as em novas variáveis para realizar adequadamente o teste. Assim, as perguntas que estavam no bloco sobre expectativa com relação a aposentadoria foram agrupadas a partir das médias das respostas, criando uma variável chamada de Aposentadoria. As variáveis que correspondiam aos aspectos relacionados ao curso e expectativa de futuro no trabalho também foram agrupadas pelas médias criando uma variável chamada Profissão. Por fim, as variáveis que abordavam aspectos sobre planejamento

para aposentadoria foram agrupadas pelas médias criando a variável PlanejAposentadoria. O agrupamento das variáveis é necessário para a realização adequada do teste.

Feito isso, foi realizado o teste de regressão onde a variável Aposentadoria foi inserida no modelo como variável dependente e as variáveis Profissão e PlanejAposentadoria foram inseridas no modelo como variáveis independentes. Isso significa que buscou-se medir se a Expectativa com Relação a Profissão e o Planejamento para a Aposentadoria influenciam na Expectativa para a Aposentadoria.

A Tabela 5 apresenta um resumo do modelo, com os dados do Durbin-Watson e do R Quadrado Ajustado. De acordo com os parâmetros estatísticos um Durbin-Watson próximo à 2 (1,837) é um resultado adequado e desejável, uma vez que indica que não há autocorrelação entre as variáveis, ou seja, as variáveis não medem a mesma coisa e por isso podem ser comparadas ou relacionadas em busca de associação entre elas, como neste caso. O R Quadrado Ajustado de 0,081 demonstra que existe uma influência das variáveis independentes na variável dependente, o que permite dizer responder parcialmente o objetivo geral da pesquisa, demonstrando que existe uma relação entre Expectativa com a Profissão e Planejamento de Aposentadoria na forma como as pessoas criam Expectativa para a Aposentadoria. A resposta é parcial porque os dados a seguir complementarão a mesma.

Tabela 5 - Resumo do modelob

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa | Durbin-Watson |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|---------------|
| 1 | .300 ^a | .090 | .081 | .62114 | 1.837 |

a. Preditores: (Constante), PlanejAposentodaria, Profissão

b. Variável Dependente: Aposentadoria

Com um resultado indicando que o modelo é adequado e que o que se espera medir é possível, analisa-se os resultados do teste ANOVA, também realizado junto com a Regressão. Os valores apresentados na tabela 6 validam a hipótese de os coeficientes da Regressão serem diferentes de zero, o que corrobora o resultado anterior de que existe uma relação entre as variáveis.

Tabela 6 – ANOVAa

| Modelo | Soma dos Quadrados | df | Quadrado Médio | Z | Sig. | |
|--------|--------------------|--------|----------------|-------|--------|-------|
| 1 | Regressão | 7.768 | 2 | 3.884 | 10.066 | .000b |
| | Resíduo | 78.707 | 204 | .386 | | |
| | Total | 86.475 | 206 | | | |

a. Variável Dependente: Aposentadoria

b. Preditores: (Constante), PlanejAposentodaria, Profissão

Na tabela 6 são apresentados os coeficientes da regressão. Primeiramente precisamos olhar para os dados das estatísticas de colinearidade. Os índices de tolerância e VIF próximos de um demonstram que não existe multicolinearidade no modelo, ou seja, as variáveis independentes não se relacionam diretamente entre si, apenas com a variável dependente do modelo. Com os dados dos coeficientes presentes pode-se afirmar que as variáveis se relacionam positivamente e que a equação do modelo pode ser representada por:

$$Y = 2,912 + 0,233X^1 + 0,143X^2$$

Onde:

- Y = Expectativa com a Aposentadoria
- X¹ = Profissão
- X² = PlanejAposentadoria

Isso significa que tanto a Expectativa com a Profissão quanto o Planejamento para a Aposentadoria influenciam na Expectativa para a Aposentadoria. Na prática, cada vez que aumenta em 0,233 a média de concordância na escala da Expectativa com a Profissão e em 0,143 a média de concordância na escala de Planejamento para a Aposentadoria aumenta em quase 10% a média de concordância com a escala da Expectativa para a Aposentadoria. Cabe destacar que todas as escalas têm interpretação positiva, ou seja, quanto mais as pessoas concordam, mais isso demonstra que as expectativas são boas com relação ao quesito que está sendo avaliado.

Tabela 7 - Coeficientes

| | Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados Beta | t | Sig. |
|---|---------------------|-------------------------------|-----------|--------------------------------|--------|------|
| | | B | Erro Erro | | | |
| 1 | (Constante) | 2.912 | .267 | | 10.907 | .000 |
| | Profissão | .238 | .070 | .233 | 3.400 | .001 |
| | PlanejAposentodaria | .085 | .041 | .143 | 2.088 | .038 |

a. Variável Dependente: Aposentadoria

Os resultados da regressão demonstram que existe sim uma relação entre as variáveis destacadas respondendo positivamente ao objetivo geral da pesquisa, uma vez que foi possível demonstrar que expectativas positivas com relação a aposentadoria virão associadas a comportamentos positivos com relação ao curso/profissão e a uma ideia de planejamento de futuro. O fato de vir mais associada a uma expectativa positiva de futuro com a profissão demonstra que pode haver

uma associação com uma ideia de planejamento de vida ideal ou satisfatório, mas para confirmar tal hipótese novos estudos serão necessários.

Considerações Finais

A possibilidade de graduação traz consigo uma expectativa de exercício da profissão atrelado com a empregabilidade e a expectativa de futuro. Logo nesse momento começa a ser traçado um planejamento financeiro e uma expectativa de futuro a partir das possibilidades profissionais ofertadas devido a graduação. A aposentadoria por ser um planejamento a longo prazo e com isso, proporcionar melhores condições para aqueles que a pensam e planejam-na o mais cedo possível, é de suma importância que esse conhecimento atinja os estudantes.

O planejamento financeiro pessoal, a consciência e a disciplina para o alcance nos objetivos individuais podem ser considerados um fator importante para a aquisição de uma vida financeira tranquila tanto no presente quando no futuro. Por isso, levando em consideração que todas as reformas previdenciárias ocorreram e ocorrem a fim de melhorar ou corrigir a gestão do sistema previdenciário para que o país não deixe que honrar com o compromisso previsto na constituição federal, no caso brasileiro. E que essas reformas previdenciárias continuarão ocorrendo sempre que houver um desequilíbrio, podendo as reformas serem ou não favoráveis ao trabalhador; um planejamento financeiro secundário para aposentadoria pode vir a gerar uma segurança maior futuramente, visto que hoje os estudantes participantes da pesquisa que conhecem o atual estado financeiro da previdência sentem-se inseguros a respeito da concessão do benefício no futuro.

A partir da pesquisa foi possível responder o objetivo geral da pesquisa que é analisar a expectativa para aposentadoria diante da reforma previdenciária e a relação que se estabelece com a expectativa de trabalho e planejamento financeiro. Ainda buscou-se verificar como os estudantes percebem a expectativa de trabalho com relação à escolha do curso; identificar se os estudantes realizam algum planejamento financeiro pessoal para sua aposentadoria além do que é imposto pelo governo; e analisar a influência da expectativa de trabalho com relação à aposentadoria e suas projeções diante a reforma previdenciária.

Com isso, foi possível verificar que a expectativa de aposentadoria diante a reforma previdenciária de 2019, ela é positiva, os estudantes pretendem não trabalhar; ter independência financeira; viajar com maior frequência; desfrutar de momentos de lazer; trabalhar com algo que lhe proporcione realização pessoal e profissional e poder descansar, assim como o abordado pela literatura no referencial teórico, porém identificou-se os estudantes em sua maioria não acreditam que o valor do benefício fornecido pela previdência social arcará com suas necessidades quando aposentados. Observou-se também que os estudantes realizam em sua maioria um planejamento e já acumulam

capital pensando na aposentadoria, porém ainda um número significativo de 45,6% dos estudantes participantes da pesquisa ainda não realiza nenhum planejamento secundário além do que é imposto pelo governo. Ressaltando que no âmbito governamental, o planejamento secundário para aposentadoria é aconselhado desde 1994 pela Política Nacional do Idoso (Lei 8.842) e repetida em 2003 pelo Estatuto do Idoso (10.741).

Com base nos cálculos estatísticos foi possível identificar que a expectativa com a profissão e o planejamento para a aposentadoria influenciam na expectativa para a aposentadoria. Logo vimos que a escolha da profissão está atrelada a uma expectativa de empregabilidade e assim ser bem-sucedido financeiramente, com isso quanto mais positiva for essa expectativa, o estudante terá uma expectativa para aposentadoria positiva. E conseqüentemente pela possibilidade de exercer sua profissão e o possuir melhores condições financeiras, devido a isso, poderá planejar-se de forma secundária gerando assim uma segurança maior quanto a ter condições financeiras no futuro para arcar com suas necessidades não contando apenas com o benefício fornecido pelo governo.

Diante do exposto considera-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, e a mesma permitirá que os leitores construam conhecimento sobre a importância de um planejamento financeiro pessoal para aposentadoria; sobre o sistema previdenciário brasileiro e sua estrutura; a situação financeira do sistema previdenciário; os motivos que ocasionaram a reforma previdenciária de 2019 e como se dá as expectativas profissionais ligadas a escolha de uma profissão. Além da abordagem da relação entre essas variáveis, expectativa profissional e planejamento financeiro, com a expectativa de aposentadoria.

Por fim, a pesquisa apresenta como limitações o fato de ter sido aplicada apenas aos estudantes universitários da Universidade Federal do Pampa campus Santana do Livramento-RS. Sugere-se novos estudos com o foco nos efeitos ocasionados pela reforma previdenciária de 2019 no sistema previdenciário e econômico do Brasil, já que a reforma até o presente estudo é muito recente e ainda tem seus efeitos observados e como esses efeitos influenciam na expectativa de aposentadoria.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, A. M., ALMEIDA, L. S., COSTA, A. R., ALFONSO, S., CONDE, A., & DEAÑO, M. (2015). **Variáveis pessoais e socioculturais de diferenciação das expectativas acadêmicas**: Estudo com alunos do Ensino Superior do Norte de Portugal e Galiza. *Revista Portuguesa de Educação*, 28(1), 201-220.

BRASIL, **Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13183.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. [recurso eletrônico]: Desafios de uma nação que envelhece / Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa; relator Cristiane Brasil ; consultores legislativos Alexandre Cândido de Souza (coord.), Alberto Pinheiro ... [et al.]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série estudos estratégicos; n. 8 PDF)

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 103, 12 de novembro de 2019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em 07 jul. 2020.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº10.741, 08 de set 2009. Diário Oficial da União 09 set 2009. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei nº8.842, de 11 setembro de 1994. Diário Oficial da união 12 set. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>>. Acesso em 29 jun. 2020.

BUSCACIO, Reivani C. Z.; SOARES, Adriana B. Expectativas sobre o desenvolvimento da carreira em estudantes universitários. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902017000100007>. Acesso em 26 out. 2020.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Conceito, 2011.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.) Finanças Pessoais: Conhecer para enriquecer. São Paulo: Atlas, 2010.

DIETRICH, Jônatas; BRAIDO, Gabriel Machado; CERUTTI, Bernadete Bregolin. Planejamento financeiro pessoal para a aposentadoria: Um estudo com estudantes de curso de especialização. Sociedade, Contabilidade e Gestão. v.11, nº2, p.29-52,2016.

ESPEJO, Ana Paula Mussi Szabo, Márcia Maria dos Santos Bortolucci, PALUDO, Alice Weber. Futuro – Investimentos e previdência privada. In: CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia

Maria dos Santos Bortolucci (Orgs). Finanças pessoais: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

FELIX, Jorge. O idoso e o mercado de trabalho. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9092/1/O%20Idoso%20e%20o%20mercado.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2020.

França, L. H., & Vaughan, G. (2008). Ganhos e perdas na aposentadoria: percepção dos executivos brasileiros e neozelandeses. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 207-216.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SOARES, Dulce Helena Penna. Preparação para aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: ciência e profissão*. V.29, n.4: Brasília, dez. 2009.

FRANCA, Lucia Helena de F. P.; MENEZES, Gustavo Silva and SIQUEIRA, Andreia da Rocha. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*[online]. 2012, vol.15, n.4, pp.733-745. ISSN 1809-9823. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000400012>>. Acesso em: 16 ju. De 2020.

França, L. H. F. P. (2009). Influências Sociais nas Atitudes dos 'Top' Executivos em face da Aposentadoria: Um Estudo Transcultural. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 13(1), 17-35. doi:10.1590/S1415-65552009000100003

Gallo WT, Bradley EH, Siegel M, Kals S. O impacto da perda involuntária de empregos no consumo subsequente de álcool por trabalhadores mais velhos: resultados da pesquisa sobre saúde e aposentadoria. *J Gerontol B Psychol Sci*

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ed. São Paulo: Atlas,2008.

GITMAN, Lawrence J; JOEHNK, Michel D. Princípios de investimentos. Tradução de Maria Lucia Leite Rosa. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

GONZAGA, Rafael Dias. Um estudo de caso para previdência privada complementar. *Revista de Finanças Aplicadas*. 08 no. 2012, pp.1-20, 2011.

HALFELD, Mauro. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. 3. ed. atual. São Paulo: Fundamento, 2007.

HAIR JR, J. F.; Balbin B.; MONEY, Arthuth; PHILLIPS, Amouel. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOJI, Masakazu. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41229.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2020.

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 15 de mar. 2020.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX SEGeT 2012. Resende, 2012.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sel. A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MERHI, R. (2011). Expectativas del estudiantado en la universidad del nuevo milenio. Un proceso dinámico. La Cuestión Universitaria, 7, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v18n1/07.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Resultado do Regime Geral de Previdência Social. Brasília, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/ResultadodoRGPS202004urbanorural.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MONEY, A., BABIN, B., SAMOUEL, P. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Disponível em:<http://books.google.com.br/s?id=ShRikXSqrKsC&pg=PA187&lpg=PA187&dq=fundamentos+escala+likert&source=bl&ots=DbLrEErRdF&sig=af9hRKwCVZWYJUBqt0sjRI9aukQ&hl=ptBR&ei=AdnhTMrUMYrXngettpnYDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CDcQ6AEwBQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em:26 nov. 2020

NOONE, JH, STEPHENS, C., & ALPASS, F. (2010). O processo da Escala de Planejamento de Aposentadoria (PRePS): Desenvolvimento e validação. Avaliação psicológica, 22 (3), 520-531. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/a0019512>> Acesso em 30 jun. 2020.

OLIVEIRA, Marina Cardoso de; DETOMINI, Victor Corrêa e SILVA, Lucy Leal Melo. Sucesso na transição universidade-trabalho: expectativas de universitários formandos. Psicologia em revista,

Belo Horizonte, v.19,n.3, p. 497-518. Dez 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a11.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2002). Divisão de População, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. New York, 2002.

PIERDONÁ, Zélia Luiza. Proteção social brasileira: Diferenças entre previdência e assistência social. São Paulo, 2007.

PRICE, K. P.; JOO, F. (2005). A exploração da relação entre estado civil e satisfação com a aposentadoria das mulheres. Revista Internacional de Envelhecimento e Desenvolvimento Humano, 61,37-55.

SOARES, A. B., Francischetto, V., Dutra, B. M., Miranda, J. M., Nogueira, C., Leme, V. R., Almeida, L. S. O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000100006>. Acesso em: 15 jun. de 2020.

SUPERTI, Luiz Henrique F. C.; WU, Helen; CRUZ, Paloma Soares N. Estimativa da economia governamental advinda do emprego do fator previdenciário. Revista de Gestão & Políticas Públicas, v.1, nº 2, 2011. São Paulo.